

## LETRAMENTO POLÍTICO: PRÁTICAS DE DEMOCRACIA E INCLUSÃO SOCIAL

Anna Raquel Nunes Sanchez<sup>1\*</sup>, Anne Greice Soares Ribeiro Macedo<sup>2</sup>

1. Estudante de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Instituto de Artes, Ciências e Humanidades (IHAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).
2. Docente do Instituto de Artes, Ciências e Humanidades (IHAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). / Orientadora

### Resumo:

O trabalho visou estabelecer uma interface entre educação e política, no âmbito do letramento, através da análise da leitura do mundo político e de sua importância para a inclusão social e a efetivação da democracia.

Com o objetivo de compreender como se manifesta o letramento político na cidade de Porto Seguro, traçou-se o perfil socioeconômico da educação pública e privada, utilizando como base dados estatísticos e entrevistas.

Os resultados das análises estatísticas apontam para uma grande precariedade na educação porto-segurense, comprovada pela sintomática descontextualização política e sentimentos de insatisfação manifestados pelas/os entrevistadas/os.

A conclusão aponta a realização de aulas públicas articuladas por diferentes agentes organizadores (incluindo as/os próprias/os entrevistadas/os), como alternativa para suprir determinadas lacunas que as escolas vêm deixando.

**Palavras-chave:** Cidadania; Educação; Politização.

**Apoio financeiro:** Universidade Federal do Sul da Bahia.

### Introdução:

A pesquisa teve a intenção de somar novos estudos acerca das dificuldades educacionais que a população porto-segurense enfrenta para se fortalecer no que tange um corpo social cidadão, emancipado e participativo.

Para isto, empreendeu-se um estudo acurado da histórica despolitização de setores populacionais, desde sempre excluídos das decisões políticas em nosso país, situação em que à marginalização social soma-se à marginalização política.

A ampliação do direito ao voto no Brasil se deu gradativamente, desde o advento da República, primeiro com o fim do voto vinculado à renda, depois, em 1939, quando se ampliou o direito ao voto também para as mulheres; ainda mais tarde, através da

Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, quando pessoas analfabetizadas também obtiveram direito ao voto, e logo depois, para os maiores de 16 anos, através da CF/88.

Se a ampliação do direito ao voto como estratégia de democratização do processo político buscava torná-lo mais equitativo, a comunicação de massa mais uma vez põe em xeque este suposto equilíbrio (DANTAS, 2010).

Em uma sociedade onde as pessoas estão superexpostas às ações midiáticas, resulta crucial a habilidade de interpretar a realidade. O projeto objetivou, dessa forma, propor o ensino da democracia e de leituras possíveis de contextos democráticos, contrapondo com episódios históricos e atuais de nossa jovem democracia ainda em construção.

### Metodologia:

A pesquisa estruturou-se com base em três etapas metodológicas: 1. Aprofundamento em referenciais teóricos políticos e educacionais relacionados ao processo de letramento político; 2. Análise de dados estatísticos e; 3. Entrevistas com estudantes.

Os estudos bibliográficos que constituíram a primeira etapa da pesquisa, concentraram-se na abordagem histórica sobre a democracia no Brasil, de Humberto Dantas (2010); na pedagogia freireana, buscando associar seus experimentos com os Círculos de Cultura a possíveis intervenções no ambiente escolar, dando vida às ideias de leitura de mundo e participação social; e na estrutura de letramento político dissertada por Rildo Cosson (2011), também crucial para a compreensão das complexidades que envolvem a educação para a democracia.

Na segunda etapa, dados do Censo Escolar 2014 (levantados nas escolas de todo o Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP), foram tabulados, filtrados e interpretados a fim de refletir ainda mais sobre os aspectos da desigualdade social de Porto Seguro.

Na terceira etapa a pesquisa realizou

entrevistas com estudantes de três diferentes escolas, uma pública estadual, uma pública federal e uma privada, todas urbanas e próximas ao centro da cidade – limite determinado pelas dificuldades de logística na cidade.

Inicialmente, a pesquisa propunha a aplicação de questionários qualitativos em escolas urbanas, rurais e indígenas, a fim de traçar um nivelamento mais abrangente na região acerca do letramento político.

Posteriormente, considerando as dificuldades de logística já acima citadas, e a riqueza de informações que os dados do Censo Escolar 2014 subsidiaram à pesquisa, a aplicação destes questionários foi substituída pela realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas buscando enriquecer a pesquisa com aspectos subjetivos. Foram elaboradas de modo a evidenciar como as/os estudantes entrevistadas/os estabeleciam conceitos acerca de palavras-chave (governo, política, democracia, lei, constituição, poder, contexto, leitura, desigualdade, etc.) que envolvem a consciência e o mundo da política, se conseguiam estabelecer nexos entre eventos históricos e situações da política atual, e suas próprias interpretações de como estes conceitos atravessam e influenciam suas vidas.

### **Resultados e Discussão:**

As análises do Censo Escolar 2014 reforçaram a relação precariedade-pobreza existente da educação pública do município, evidenciando o abandono e sucateamento das escolas estaduais e municipais recorrentes no cenário nacional.

Como exemplo para justificar a afirmação acima, cabe ressaltar a problemática socioeconômica. As escolas urbanas apresentam, pela análise dos dados referentes ao nível socioeconômico, classificação predominantemente médio baixo e médio; e as escolas rurais, se comparadas às urbanas, são ainda mais inferiores, apresentando predominantemente nível socioeconômico médio baixo e muito baixo, o que reforça problemáticas como o isolamento e marginalização das populações rurais a marginalização e a recorrente a falta de investimentos em educação nessas áreas.

As entrevistas foram realizadas com um total de trinta estudantes de três diferentes escolas (25 estadual, 3 federal, 1 particular). Salvo duas estudantes da escola federal, que surpreenderam com o domínio discursivo, as/os demais entrevistadas/os demonstraram insegurança discursiva no início da entrevista.

Apesar desta dificuldade, quando conseguiam atingir a linha de raciocínio, propondo uma conceituação, as conceituações das próximas palavras pareciam se tornar mais fáceis de tecer, muitas vezes suscitando debates e envolvendo demais estudantes.

A maioria das/os estudantes entrevistadas/os conseguiu responder a todas as perguntas com as suas próprias palavras, salvo um ou outro que desistiu de responder.

Ainda assim, durante os depoimentos, foi possível identificar desinteresse, insatisfação com suas escolas e cidade, e resistência em se aprofundar no debate sobre política.

Cabe ressaltar que nenhum/a estudante da escola estadual citou eventos históricos ou atuais, crítica embasada com referência e nem mostrou interesse em saber mais sobre os assuntos abordados.

### **Conclusões:**

Ficou bastante evidente através das entrevistas e depoimentos, que as adversidades socioeconômicas e culturais que se desenham no cotidiano de jovens estudantes, influenciam em seu rendimento escolar, aspecto também identificado nas análises de aprovação, reprovação e abandono escolar do Censo Escolar 2014, se compararmos escolas públicas estaduais, federais e privada.

Evoca-se a urgência de aplicar estratégias e mecanismos específicos para inferir diretamente no desenvolvimento do letramento político da juventude local, portanto, iniciativas de corpos presentes além das escolas, como a ação integrada de universidades, associações, líderes comunitários, e etc., não só podem, como devem contribuir promovendo, junto às escolas, por exemplo, aulas públicas em consonância com o que tange a leitura do contexto social, econômico e jurídico da atualidade porto-segurense e suas relações inter-regionais.

### **Referências bibliográficas**

COSSON, R. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. Brasília, **E-legis**, n. 7, p. 49-58, 2011.

DANTAS, H. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, **Cadernos Adenauer**, a. XI, v. 3, 2010.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.